



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**DECISÃO ADMINISTRATIVA  
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026**

**Objeto:** Contratação de prestação de serviços para fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias Vinculadas a mesma, Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Quijingue.

**Órgão Licitante:** PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE, sediada na Rua Hermógenes José da Silva, S/N – Centro, Quijingue – Bahia, representado pelo seu Prefeito o Sr. José Romero Rocha Matos Filho e por meio do Departamento de Licitações e Contratos do Município.

**Impugnante:** VÉRTICE CONSTRUTORA E ENERGIA SOLAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 17.982.389/0001-10.

**I – RELATÓRIO:**

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa VÉRTICE CONSTRUTORA E ENERGIA SOLAR LTDA, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, na qual alega, em síntese:

- a)** Suposta ilegalidade na exigência de garantia da proposta sem motivação;
- b)** Alegado rigorismo formal e vedação ao saneamento;
- c)** Suposta ilegalidade na aplicação de critério de inexequibilidade;
- d)** Ausência de planilha orçamentária detalhada e memória de cálculo;
- e)** Restrição à competitividade e violação aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

Requer, ao final, a suspensão do certame, a retificação do edital e a reabertura de prazo.

É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO:**

**2.1. DA GARANTIA DA PROPOSTA (ART. 58 DA LEI 14.133/2021):**

A impugnante sustenta a suposta ausência de motivação para a exigência de garantia da proposta prevista no edital, alegando possível ilegalidade e restrição à competitividade. A alegação, contudo, não merece prosperar.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Inicialmente, cumpre destacar que a exigência de garantia da proposta encontra amparo legal direto e expresso no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, o qual autoriza a Administração a exigir dos licitantes garantia como mecanismo de proteção à regularidade e à seriedade do certame.

No caso concreto, o edital estabelece a exigência de garantia correspondente a 1% do valor estimado da contratação, percentual que se mostra:

- ✓ Dentro dos limites legais;
- ✓ Proporcional ao objeto;
- ✓ Compatível com a complexidade da contratação;

Importante destacar que a finalidade da garantia da proposta consiste em resguardar a Administração contra:

- ✓ Desistência imotivada do licitante vencedor;
- ✓ Comportamento oportunista durante o certame;
- ✓ Riscos de frustração da contratação;

Ademais, a motivação da exigência decorre do próprio contexto da contratação, que envolve:

- ✓ Objeto de elevada complexidade técnica (sistema integrado de energia solar);
- ✓ Execução descentralizada em múltiplas unidades;
- ✓ Necessidade de assegurar comprometimento efetivo dos licitantes;

Ressalte-se que a Lei nº 14.133/2021 não exige motivação formal individualizada em item específico do edital, sendo suficiente que a exigência seja:

- ✓ Adequada;
- ✓ Proporcional;
- ✓ Compatível com o risco da contratação;

O que se verifica plenamente no presente caso.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme ao reconhecer a legitimidade dessa exigência:

***“A exigência de garantia da proposta é medida legítima para assegurar a seriedade das propostas e a regularidade do certame, desde que observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.”***

***(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)***

No mesmo sentido:

***“Não há ilegalidade na exigência de garantia da proposta quando está se encontra dentro dos limites legais e justificada pela complexidade da contratação.”***

***(TCU – Acórdão 1.793/2011 – Plenário)***

Importante destacar, ainda, que a exigência não configura restrição à competitividade, uma vez que:

- ✓ Aplica-se de forma uniforme a todos os licitantes;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- ✓ Possui valor reduzido e proporcional;
- ✓ Admite múltiplas modalidades de prestação;

Por fim, a impugnante não demonstrou qualquer prejuízo concreto decorrente da exigência, limitando-se a alegações abstratas e desprovidas de comprovação.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ A exigência de garantia da proposta possui amparo no art. 58 da Lei nº 14.133/2021;
- ✓ O percentual adotado é legal e proporcional;
- ✓ A motivação decorre da própria natureza e complexidade da contratação;
- ✓ Não há restrição indevida à competitividade;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

**2.2. DO ALEGADO RIGORISMO FORMAL E DO DEVER DE SANEAMENTO (ART. 64):**

A impugnante sustenta que o edital adotaria postura de rigorismo formal, conduzindo à desclassificação automática de propostas por falhas meramente formais, em suposta afronta ao art. 64 da Lei nº 14.133/2021. A alegação, contudo, não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que o regime jurídico das contratações públicas, especialmente sob a égide da Lei nº 14.133/2021, privilegia a busca da proposta mais vantajosa, afastando formalismos excessivos que não impactem o conteúdo substancial das propostas.

Nesse sentido, o art. 64 da referida lei estabelece, de forma expressa, a possibilidade — e, em determinadas situações, o dever — de realização de diligências destinadas a:

- ✓ Esclarecer informações;
- ✓ Complementar documentos;
- ✓ Sanar falhas formais;

Desde que não haja alteração do conteúdo essencial da proposta.

No caso concreto, a leitura sistemática do edital demonstra, de forma inequívoca, que:

- ✓ Há previsão expressa de realização de diligências;
- ✓ É admitido o saneamento de inconsistências formais;
- ✓ São permitidos ajustes que não impliquem modificação substancial da proposta;

Ademais, o edital contempla mecanismos como:

- ✓ Verificação da exequibilidade mediante análise técnica;
- ✓ Possibilidade de apresentação de justificativas pelo licitante;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- ✓ Correção de planilhas, desde que preservado o valor global e a lógica da proposta;

Ou seja, o instrumento convocatório não apenas admite, mas incorpora expressamente o dever de saneamento, em plena consonância com o art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme ao reconhecer que:

***“Deve a Administração promover diligências para sanar falhas formais, quando estas não comprometerem a substância da proposta.”***

***(TCU – Acórdão 1.793/2011 – Plenário)***

No mesmo sentido:

***“O formalismo excessivo deve ser evitado, devendo-se privilegiar o aproveitamento das propostas sempre que possível, em atenção ao interesse público.”***

***(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)***

Importante destacar que não há, no edital, qualquer previsão de desclassificação automática por falhas meramente formais, sendo exigida análise individualizada e, quando cabível, a adoção de diligências.

A alegação da impugnante decorre, portanto, de interpretação dissociada do conteúdo real do edital, não encontrando respaldo nos dispositivos efetivamente previstos.

Ademais, não foi demonstrado qualquer caso concreto em que licitantes tenham sido ou venham a ser prejudicados por eventual rigorismo formal.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ Não há rigorismo formal excessivo no edital;
- ✓ Há previsão expressa de diligência e saneamento, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021;
- ✓ Não há previsão de desclassificação automática por falhas formais;
- ✓ Não há prejuízo à competitividade ou à isonomia;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

### **2.3. DO CRITÉRIO DE INEXEQUIBILIDADE (ART. 59, §4º):**

A impugnante questiona o critério de inexecuibilidade adotado no edital, especialmente quanto à fixação de parâmetro percentual, alegando possível aplicação automática e restritiva à competitividade. A alegação, contudo, não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que a disciplina da inexecuibilidade encontra previsão expressa na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 59, §4º, que autoriza a Administração a adotar parâmetros objetivos para identificação de propostas potencialmente inexecuíveis, sem afastar a necessidade de análise individualizada.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

No caso concreto, o edital estabelece critério objetivo como parâmetro inicial de aferição, o qual:

- ✓ Não possui caráter absoluto;
- ✓ Não implica desclassificação automática;
- ✓ Configura presunção relativa de inexecutabilidade;

Importante destacar que o próprio edital assegura:

- ✓ A realização de diligências;
- ✓ O contraditório e a ampla defesa;
- ✓ A possibilidade de comprovação da executabilidade pelo licitante;

Ou seja, o percentual adotado funciona apenas como indicador preliminar de risco, não substituindo a análise técnica da proposta.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme nesse sentido:

***“A utilização de parâmetros objetivos para identificação de propostas potencialmente inexequíveis é legítima, desde que assegurada ao licitante a oportunidade de comprovar a viabilidade de sua proposta.”***

***(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)***

No mesmo sentido:

***“A desclassificação por inexecutabilidade não pode ocorrer de forma automática, devendo ser precedida de análise individualizada e de diligência.”***

***(TCU – Acórdão 1.793/2011 – Plenário)***

No caso em análise, verifica-se que:

- ✓ O edital não adota aplicação mecânica do percentual;
- ✓ Há previsão expressa de diligência para verificação da executabilidade;
- ✓ O licitante pode apresentar justificativas técnicas e econômicas;

Assim, não há qualquer violação ao art. 59, §4º da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, a adoção de critérios objetivos contribui para:

- ✓ Maior segurança jurídica;
- ✓ Redução de subjetividade no julgamento;
- ✓ Proteção contrapropostas inviáveis;

Importante destacar que a ausência de parâmetros mínimos poderia gerar insegurança e decisões arbitrárias, o que não se admite no regime jurídico das contratações públicas.

Por fim, a impugnante não demonstrou qualquer caso concreto de prejuízo decorrente do critério adotado, limitando-se a alegações abstratas.

Diante do exposto, conclui-se que:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- ✓ O critério de inexecutabilidade está em conformidade com o art. 59, §4º da Lei nº 14.133/2021;
- ✓ O percentual adotado possui natureza de presunção relativa;
- ✓ Não há desclassificação automática;
- ✓ Há garantia de contraditório, ampla defesa e diligência;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

#### **2.4. DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA:**

A impugnante sustenta que a ausência de planilha orçamentária detalhada e de memória de cálculo inviabilizaria a adequada formulação das propostas, alegando afronta aos princípios do planejamento e da transparência. A alegação, contudo, não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que a exigência de planilha orçamentária detalhada pela Administração deve ser analisada à luz da natureza do objeto e do modelo de contratação adotado, não se tratando de requisito absoluto e indistinto para todas as contratações.

No caso concreto, o objeto do certame consiste na contratação de solução integrada de engenharia ("turn-key"), envolvendo fornecimento, instalação e definição técnica do sistema de geração de energia solar fotovoltaica, o que implica:

- ✓ Responsabilidade técnica do contratado pela solução;
- ✓ Liberdade de modelagem e otimização dos custos;
- ✓ Definição do projeto executivo pelo licitante;

Nesse tipo de contratação, a Administração não está obrigada a fornecer composição detalhada de custos unitários, uma vez que tal detalhamento depende diretamente da solução técnica a ser proposta pelo licitante.

Conforme se verifica, o edital e o Termo de Referência disponibilizam elementos suficientes para a formulação das propostas, tais como:

- ✓ Descrição clara do objeto;
- ✓ Diretrizes técnicas gerais;
- ✓ Quantitativos estimados;
- ✓ Critérios de julgamento;
- ✓ Obrigações contratuais;

Ademais, o próprio edital prevê que o licitante deverá apresentar, quando necessário, a sua própria composição de custos, o que reforça a lógica de transferência da modelagem econômica da solução ao particular.

Nesse sentido, a jurisprudência e o entendimento dos órgãos de controle são claros:





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A exigência de planilha orçamentária detalhada é obrigatória quando a Administração define previamente todos os elementos da execução, não sendo aplicável de forma rígida em contratações integradas.

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União tem reconhecido que:

***“Em contratações que envolvam soluções integradas, a Administração pode limitar-se à definição de diretrizes e quantitativos gerais, cabendo ao licitante a estruturação detalhada da solução e de seus custos.”***

**(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)**

Ademais:

***“A ausência de detalhamento completo da planilha não configura irregularidade quando não há prejuízo à formulação das propostas ou à competitividade.”***

**(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)**

Importante destacar que a exigência de planilha detalhada pela Administração, neste caso, poderia, inclusive:

- ✓ Engessar a solução técnica;
- ✓ Limitar a inovação;
- ✓ Reduzir a competitividade;

O que não se coaduna com os princípios da eficiência e da vantajosidade.

Ademais, não há qualquer demonstração de que a ausência de detalhamento tenha gerado:

- ✓ Impossibilidade de elaboração de proposta;
- ✓ Vantagem indevida a qualquer licitante;
- ✓ Assimetria informacional;

Todos os licitantes possuem acesso às mesmas informações e assumem os mesmos riscos técnicos e econômicos.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ Não há obrigatoriedade de planilha orçamentária detalhada em contratações integradas;
- ✓ Os elementos fornecidos pelo edital são suficientes para formulação das propostas;
- ✓ A modelagem adotada é compatível com a natureza do objeto;
- ✓ Não há prejuízo à competitividade ou à isonomia;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

#### **2.4.1 – DA NATUREZA DO OBJETO (SOLUÇÃO INTEGRADA):**

A adequada compreensão da controvérsia suscitada pela impugnante exige, preliminarmente, o correto enquadramento da natureza



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

do objeto licitado, o qual se insere no modelo de contratação por solução integrada de engenharia ("turn-key").

No caso concreto, o objeto não se limita ao simples fornecimento de bens ou à execução isolada de serviços, mas abrange um conjunto indissociável de obrigações, compreendendo:

- ✓ Fornecimento de equipamentos;
- ✓ Elaboração de projeto executivo;
- ✓ Instalação e comissionamento dos sistemas;
- ✓ Integração técnica com a rede elétrica;
- ✓ Plena operacionalização da solução;

Tal modelagem caracteriza-se pela transferência ao contratado da responsabilidade pela definição e otimização da solução técnica, cabendo à Administração estabelecer:

- ✓ O resultado esperado;
- ✓ As diretrizes técnicas essenciais;
- ✓ Os parâmetros de desempenho;

Nesse contexto, não se exige da Administração a apresentação de projeto executivo fechado, tampouco a definição exaustiva de todos os elementos técnicos e econômicos da execução, uma vez que tais aspectos integram a própria essência da contratação integrada.

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a fase preparatória deve assegurar a definição da necessidade e das diretrizes da contratação, não implicando a obrigatoriedade de detalhamento completo da solução.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme ao reconhecer essa distinção:

***"Em contratações que envolvam soluções integradas, é legítima a transferência ao contratado da responsabilidade pela definição técnica da solução e pela elaboração do projeto executivo."***

***(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)***

No mesmo sentido:

***"A Administração pode definir o objeto por resultados e diretrizes, cabendo ao contratado a estruturação da solução técnica, especialmente em contratos de engenharia integrada."***

***(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)***

Dessa forma, a pretensão da impugnante de exigir detalhamento prévio completo, inclusive quanto à composição de custos e definição técnica minuciosa, revela-se incompatível com a natureza do objeto e com o modelo de contratação adotado.

Importante destacar que tal modelagem:

- ✓ Amplia a competitividade;
- ✓ Estimula a inovação tecnológica;
- ✓ Permite maior eficiência na execução;





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Ademais, todos os licitantes possuem liberdade técnica para propor soluções compatíveis com as diretrizes estabelecidas, inexistindo qualquer restrição indevida.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ O objeto caracteriza-se como solução integrada de engenharia;
- ✓ Não há exigência de projeto executivo fechado pela administração;
- ✓ A responsabilidade técnica pela solução é do contratado;
- ✓ A modelagem adotada é legal e compatível com a Lei nº 14.133/2021;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

#### **2.4.2 – DA SUFICIÊNCIA DOS ELEMENTOS DO EDITAL:**

A impugnante sustenta que a ausência de detalhamento exaustivo de determinados elementos técnicos e orçamentários comprometeria a formulação das propostas. A alegação, contudo, não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que a suficiência do edital deve ser aferida não pela existência de detalhamento absoluto de todos os aspectos da execução, mas sim pela capacidade do instrumento convocatório de fornecer informações claras, objetivas e adequadas para que os licitantes possam compreender o objeto e estruturar suas propostas.

No caso concreto, verifica-se que o edital e seus anexos contemplam, de forma adequada e suficiente:

- ✓ Descrição clara e precisa do objeto;
- ✓ Definição do regime de execução (solução integrada);
- ✓ Diretrizes técnicas essenciais à execução;
- ✓ Quantitativos estimados e parâmetros de dimensionamento;
- ✓ Critérios de julgamento (menor preço por lote);
- ✓ Obrigações contratuais e responsabilidades das partes;

Tais elementos são plenamente aptos a subsidiar a elaboração das propostas, especialmente considerando a natureza da contratação, que atribui ao licitante a responsabilidade pela definição da solução técnica e pela composição de seus custos.

Ademais, o edital estabelece que:

- ✓ Cabe ao licitante estruturar sua proposta com base nas diretrizes fornecidas;
- ✓ Poderão ser exigidas composições de custos para fins de verificação de exequibilidade;
- ✓ Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas por meio de diligências;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Ou seja, a Administração fornece os parâmetros necessários, ao passo que o licitante assume a responsabilidade pela modelagem técnica e econômica da solução.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União corrobora esse entendimento:

***“O edital é suficiente quando contém elementos que permitam a compreensão do objeto e a elaboração das propostas, não sendo exigível o detalhamento exaustivo de todos os aspectos da execução.”***

***(TCU – Acórdão 1.793/2011 – Plenário)***

No mesmo sentido:

***“Em contratações de natureza integrada, a Administração pode limitar-se à definição de diretrizes e parâmetros, cabendo ao licitante a estruturação da solução.”***

***(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)***

Importante destacar que a pretensão da impugnante de exigir detalhamento completo implicaria:

- ✓ Engessamento da solução técnica;
- ✓ Limitação da inovação;
- ✓ Potencial restrição à competitividade;

Ademais, não há qualquer demonstração de que os elementos fornecidos sejam insuficientes para a elaboração das propostas, inexistindo:

- ✓ Assimetria informacional;
- ✓ Vantagem indevida;
- ✓ Prejuízo à isonomia;

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ O edital contém elementos suficientes para compreensão do objeto;
- ✓ As informações disponibilizadas são adequadas à formulação das propostas;
- ✓ A modelagem adotada é compatível com a natureza da contratação;
- ✓ Não há prejuízo à competitividade ou à isonomia;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

#### **2.4.3 – DO ENTENDIMENTO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE:**

A controvérsia suscitada pela impugnante acerca da suposta obrigatoriedade de apresentação de planilha orçamentária detalhada deve ser analisada à luz do entendimento consolidado dos órgãos de controle, especialmente do Tribunal de Contas da União, o qual adota abordagem finalística e compatível com a natureza do objeto contratado.

Conforme reiteradamente decidido pelo TCU, a exigência de detalhamento exaustivo da planilha orçamentária pela Administração não



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

possui caráter absoluto, devendo ser aferida conforme o modelo de contratação adotado.

Nesse sentido, distingue-se:

- ✓ Contratações com projeto previamente definido (modelo tradicional):

Nessas hipóteses, a Administração deve apresentar planilha orçamentária detalhada, com composição de custos unitários, uma vez que define previamente todos os elementos da execução;

- ✓ Contratações por solução integrada (modelo "turn-key"):

Nessas situações, como no presente caso, a Administração pode limitar-se à definição de diretrizes técnicas, quantitativos estimados e parâmetros gerais, cabendo ao licitante estruturar a solução e sua composição de custos;

Tal entendimento encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

***"Em contratações integradas, não se exige da Administração a apresentação de planilha orçamentária detalhada, cabendo ao contratado a definição da solução técnica e da composição de custos."***

***(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)***

No mesmo sentido:

***"A obrigatoriedade de detalhamento da planilha depende da natureza da contratação, sendo dispensável quando a modelagem atribui ao licitante a responsabilidade pela estruturação da solução."***

***(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)***

Ademais, o entendimento dos órgãos de controle converge no sentido de que a exigência indevida de detalhamento excessivo pode, inclusive:

- ✓ Restringir a competitividade;
- ✓ Limitar a inovação tecnológica;
- ✓ Engessar a execução contratual;

No caso concreto, verifica-se que o edital adotou modelagem compatível com tais diretrizes, ao:

- ✓ Definir o objeto e suas diretrizes essenciais;
- ✓ Estabelecer critérios objetivos de julgamento;
- ✓ Permitir liberdade técnica aos licitantes;
- ✓ Atribuir ao contratado a responsabilidade pela solução;

Importante destacar que não há qualquer indicativo, nos autos, de que a ausência de planilha detalhada tenha gerado:

- ✓ Prejuízo à formulação das propostas;
- ✓ Assimetria informacional;
- ✓ Favorecimento de licitante específico;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A pretensão da impugnante, ao exigir detalhamento completo, revela-se dissociada do entendimento consolidado dos órgãos de controle e incompatível com o modelo de contratação adotado.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ O entendimento dos órgãos de controle afasta a obrigatoriedade de planilha detalhada em contratações integradas;
- ✓ A modelagem adotada pelo edital está em conformidade com a jurisprudência do TCU;
- ✓ Não há irregularidade na ausência de detalhamento exaustivo;
- ✓ Não há prejuízo à competitividade ou à formulação das propostas;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

#### **2.4.4 – DA INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE:**

A impugnante sustenta que a ausência de planilha orçamentária detalhada acarretaria restrição à competitividade do certame, sob o argumento de que dificultaria a formulação das propostas. A alegação, contudo, não se sustenta à luz da análise técnica e jurídica do instrumento convocatório.

Inicialmente, cumpre destacar que a caracterização de prejuízo à competitividade exige demonstração concreta de que o edital:

- ✓ Cria barreiras indevidas à participação;
- ✓ Gera assimetria informacional entre os licitantes;
- ✓ Ou impede a elaboração adequada das propostas;

O que não se verifica no presente caso.

Ao contrário, conforme já demonstrado, o edital e seus anexos fornecem elementos suficientes para compreensão do objeto e estruturação das propostas, especialmente considerando a natureza da contratação como solução integrada de engenharia ("turn-key"), na qual cabe ao licitante a definição da solução técnica e da composição de custos.

No caso concreto, verifica-se que:

- ✓ Todos os licitantes possuem acesso às mesmas informações;
- ✓ O objeto encontra-se claramente definido;
- ✓ Há diretrizes técnicas suficientes para elaboração das propostas;
- ✓ O critério de julgamento é objetivo (menor preço por lote);

Não há, portanto:

- ✓ Favorecimento de licitante específico;
- ✓ Direcionamento do certame;
- ✓ Restrição indevida à participação;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme ao estabelecer que:

**“A restrição à competitividade somente se configura quando comprovada a imposição de exigências desnecessárias ou desproporcionais ao objeto.”**

**(TCU – Acórdão 2.512/2019 – Plenário)**

No mesmo sentido:

**“A mera alegação de prejuízo à competitividade, desacompanhada de demonstração concreta, não é suficiente para invalidar o edital.”**

**(TCU – Acórdão 1.793/2011 – Plenário)**

Importante destacar que, no modelo adotado, a ausência de planilha detalhada pela Administração:

- ✓ Não impede a formulação das propostas;
- ✓ Não compromete a comparação entre licitantes;
- ✓ Não gera incerteza quanto ao objeto;

Ao contrário, tal modelagem:

- ✓ Amplia a liberdade técnica dos licitantes;
- ✓ Estimula a inovação;
- ✓ Favorece a competição qualificada;

Ademais, eventual exigência de detalhamento exaustivo poderia, paradoxalmente, restringir a competitividade, ao engessar a solução técnica e limitar a atuação dos participantes.

Por fim, a impugnante não apresentou qualquer evidência concreta de que empresas aptas estariam impedidas de participar do certame, limitando-se a alegações genéricas.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ Não há prejuízo à competitividade;
- ✓ Não há assimetria informacional entre os licitantes;
- ✓ O edital assegura ampla participação e isonomia;
- ✓ A modelagem adotada é compatível com a natureza da contratação;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

## **2.5. DA ALEGADA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE:**

A impugnante sustenta, de forma genérica, que o edital imporia restrições indevidas à competitividade, em suposta afronta aos princípios da isonomia e da ampla participação previstos na Lei nº 14.133/2021. A alegação, contudo, não se sustenta.

Inicialmente, cumpre destacar que a configuração de restrição à competitividade exige demonstração concreta de que o instrumento convocatório:

- ✓ Impõe exigências desnecessárias ou desproporcionais;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- ✓ Limita injustificadamente o universo de participantes;
- ✓ Ou favorece determinado licitante;

O que não se verifica no presente caso.

Ao contrário, a análise sistemática do edital evidencia que:

- ✓ O objeto foi definido de forma ampla e funcional;
- ✓ Não há indicação de marca, modelo ou tecnologia específica;
- ✓ A modelagem adotada permite múltiplas soluções técnicas;
- ✓ O critério de julgamento é objetivo (menor preço por lote);
- ✓ Todos os licitantes possuem acesso às mesmas informações;

Tais elementos demonstram que o edital:

- ✓ Preserva a isonomia entre os licitantes;
- ✓ Assegura igualdade de condições;
- ✓ Promove a competição qualificada;

Importante destacar que a adoção do modelo de solução integrada ("turn-key"), longe de restringir, amplia a competitividade, ao permitir que diferentes empresas apresentem soluções próprias, com liberdade técnica e inovação.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme ao estabelecer que:

***"A restrição à competitividade somente se configura quando comprovada a imposição de exigências desnecessárias ou desproporcionais ao objeto."***

**(TCU – Acórdão 2.512/2019 – Plenário)**

No mesmo sentido:

***"A mera alegação de restrição, desacompanhada de demonstração concreta, não é suficiente para caracterizar irregularidade no edital."***

**(TCU – Acórdão 1.793/2011 – Plenário)**

Ademais, não há qualquer demonstração de que o edital tenha:

- ✓ Impedido a participação de empresas aptas;
- ✓ Reduzido indevidamente o número de concorrentes;
- ✓ Criado barreiras técnicas ou econômicas desproporcionais;

A alegação da impugnante, portanto, revela-se genérica e desprovida de comprovação técnica, não sendo suficiente para infirmar a regularidade do certame.

Por fim, cumpre ressaltar que a Administração deve equilibrar competitividade com segurança da execução, sendo legítima a adoção de requisitos técnicos compatíveis com a complexidade do objeto, o que se verifica no presente caso.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ Não há restrição indevida à competitividade;





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- ✓ O edital observa os princípios da isonomia e da ampla participação;
- ✓ A modelagem adotada amplia, e não restringe, a competição;
- ✓ Não há comprovação de prejuízo concreto;

Razão pela qual a alegação da impugnante deve ser integralmente rejeitada.

## **2.6. DA INEXISTÊNCIA DE VÍCIO CAPAZ DE ENSEJAR SUSPENSÃO:**

A impugnante requer a suspensão do certame sob o argumento de existência de supostos vícios no edital. Todavia, a pretensão não merece acolhimento, por ausência de demonstração de ilegalidade ou irregularidade material capaz de comprometer a validade do procedimento.

Inicialmente, cumpre destacar que a suspensão de certame licitatório constitui medida excepcional, admitida apenas quando evidenciado vício relevante que:

- ✓ Comprometa a competitividade;
- ✓ Afete o julgamento objetivo;
- ✓ Gere risco de nulidade do procedimento;

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas, não se justifica a paralisação do certame diante de alegações meramente interpretativas ou desacompanhadas de comprovação concreta de prejuízo.

No caso concreto, conforme amplamente demonstrado nos itens anteriores:

- ✓ O objeto encontra-se claramente definido;
- ✓ O modelo de contratação é juridicamente adequado (solução integrada);
- ✓ O critério de julgamento é objetivo;
- ✓ Não há restrição indevida à competitividade;
- ✓ Não há ausência de elementos essenciais à formulação das propostas;

Ademais, as alegações da impugnante:

- ✓ Decorrem de interpretação isolada do edital;
- ✓ Não demonstram ilegalidade concreta;
- ✓ Não afetam o núcleo essencial do instrumento convocatório;

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme ao estabelecer que:

***“A suspensão do certame somente se justifica diante de vício relevante que comprometa a competitividade ou o julgamento objetivo.”***

**(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)**

No mesmo sentido:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

***“A mera existência de questionamentos interpretativos não é suficiente para ensejar a paralisação do procedimento licitatório.”***

***(TCU – Acórdão 1.793/2011 – Plenário)***

Importante destacar que a suspensão indevida do certame implica:

- ✓ Prejuízo à eficiência administrativa;
- ✓ Atraso na satisfação do interesse público;
- ✓ Comprometimento do planejamento da contratação;

Ademais, não há qualquer indicativo de que a continuidade do certame possa gerar danos ao erário ou à lisura do procedimento.

Assim, ausente vício material ou ilegalidade, deve prevalecer o princípio da continuidade do processo administrativo, com o regular prosseguimento do certame.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ Não há vício material no edital;
- ✓ Não há comprometimento da competitividade ou do julgamento objetivo;
- ✓ As alegações da impugnante são meramente interpretativas;
- ✓ Não se justifica a suspensão do certame;

Razão pela qual o pedido de suspensão deve ser integralmente rejeitado, com a manutenção do regular andamento do procedimento licitatório.

## **2.7. DA DESNECESSIDADE DE REPUBLICAÇÃO E REABERTURA DE PRAZO:**

A impugnante requer a republicação do edital e a reabertura dos prazos legais, sob o argumento de que as supostas inconsistências apontadas comprometeriam a formulação das propostas. A pretensão, contudo, não merece acolhimento.

Nos termos do art. 55 da Lei nº 14.133/2021, a reabertura de prazo somente se impõe quando houver modificação substancial do edital, capaz de impactar diretamente a elaboração das propostas pelos licitantes.

No caso concreto, verifica-se que:

- ✓ Não houve alteração do objeto da contratação;
- ✓ Não houve modificação dos critérios de julgamento;
- ✓ Não houve alteração de quantitativos essenciais;
- ✓ Não houve inclusão de novas exigências ou restrições;

Ademais, as manifestações da Administração limitam-se a esclarecimentos de natureza interpretativa, que não inovam no conteúdo do edital, mas apenas explicitam a correta compreensão de suas disposições.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Dessa forma, não há qualquer impacto na formulação das propostas, tampouco na competitividade ou na isonomia entre os licitantes. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme nesse sentido:

***“A reabertura de prazo somente é exigível quando as alterações promovidas no edital forem substanciais e afetarem a formulação das propostas.”***

**(TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)**

No mesmo sentido:

***“Esclarecimentos ou ajustes meramente interpretativos não ensejam republicação do edital nem reabertura de prazo.”***

**(TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário)**

Importante destacar que a eventual republicação sem a presença de alteração substancial implicaria:

- ✓ Atraso injustificado do procedimento;
- ✓ Prejuízo à eficiência administrativa;
- ✓ Comprometimento do interesse público;

Ademais, todos os licitantes permanecem em igualdade de condições, inexistindo qualquer prejuízo à participação.

Diante do exposto, conclui-se que:

- ✓ Não houve alteração substancial do edital;
- ✓ Os esclarecimentos possuem caráter meramente interpretativo;
- ✓ Não há impacto na formulação das propostas;
- ✓ Não se configura hipótese de republicação ou reabertura de prazo;

Razão pela qual o pedido da impugnante deve ser integralmente rejeitado, mantendo-se o cronograma originalmente estabelecido.

### **III – DECISÃO:**

Diante de todo o exposto, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos princípios que regem a Administração Pública e na jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas,

**DECIDO:**

**CONHECER** da impugnação apresentada pela empresa **VÉRTICE CONSTRUTORA E ENERGIA SOLAR LTDA**, por tempestiva e preencher os requisitos de admissibilidade;

e, no mérito,

**INDEFERIR INTEGRALMENTE A IMPUGNAÇÃO**, por não restar demonstrada qualquer ilegalidade, vício material ou restrição indevida à competitividade no Edital do Pregão Eletrônico nº PE011/2026PMQ;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**MANTER INTEGRALMENTE** o instrumento convocatório, por estar em conformidade com a legislação vigente, assegurando o julgamento objetivo e a seleção da proposta mais vantajosa;

**REJEITAR** o pedido de suspensão do certame, republicação do edital e reabertura de prazos, por ausência de fundamento legal, nos termos do art. 55 da Lei nº 14.133/2021;

Determinando-se, por conseguinte, o **regular prosseguimento do certame**, com a manutenção do cronograma originalmente estabelecido.

#### **IV – DETERMINAÇÕES:**

1. **Publique-se** a presente decisão no sistema eletrônico utilizado para a condução do certame (**LICITANET**) e no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, assegurando ampla publicidade;
2. **Dê-se ciência** à impugnante e aos demais interessados, para conhecimento dos fundamentos e da decisão proferida;
3. **Registre-se** que não houve alteração substancial do edital, permanecendo íntegros o objeto, os critérios de julgamento e as condições de participação;
4. **Mantenha-se** a data da sessão pública e o cronograma originalmente estabelecido;
5. **Prossiga-se** regularmente com o certame, adotando-se as providências necessárias ao seu regular andamento.

Quijingue (BA), 24 de abril de 2026.

**Roberlandio Souza Pinto**  
**Pregoeiro**